

Caderno de Prova



23 de maio



das 14 às 17 h



3 h*

E6P05

Direito



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de 30 questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito será divulgado em: <http://uffsfepese.ufsc.br>

Prova de Conhecimentos

(30 questões)

1. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar:

- a. () Perderá o mandato o Deputado ou Senador que responder a processo criminal.
- b. () Os Deputados e Senadores respondem, civil e penalmente, por suas opiniões e palavras.
- c. () Os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- d. () Os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- e. (X) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.

2. Assinale a alternativa **correta**:

- a. (X) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- b. () O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta e cinco anos.
- c. () Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.
- d. () A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até seis meses da data de sua vigência.
- e. () Constitui condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado.

3. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () Compete exclusivamente à União assegurar a defesa nacional.
- b. () Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- c. (X) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.
- d. () Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e. () É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

4. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Cabe à lei ordinária definir as áreas de atuação das fundações públicas.
- b. (X) Somente por lei específica podem ser criadas autarquias, cuja iniciativa, na esfera federal, é privativa do Presidente da República.
- c. () As empresas públicas serão instituídas mediante autorização de lei específica, sob forma de sociedade anônima.
- d. () As sociedades de economia mista não se encontram sujeitas ao controle pleno realizado pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional.
- e. () A atuação do Estado-empresário é amplamente difundida no modelo constitucional brasileiro, sendo admissível, como regra, na exploração direta de atividade econômica, por meio da criação de empresas públicas e sociedades de economia mista.

5. Dentre as funções institucionais do Ministério Público, **não** se encontra:

- a. Promover, privativamente, a ação penal privada, na forma da lei.
 - b. Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
 - c. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
 - d. Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
 - e. Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
-

6. Sobre o processo administrativo, é **correto** afirmar:

- a. São admissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
 - b. O interessado não poderá desistir do pedido formulado ou renunciar a direitos disponíveis.
 - c. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até sessenta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
 - d. Antes da tomada de decisão, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública, a juízo da autoridade, para debates sobre a matéria do processo.
 - e. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e deve revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos
-

7. **Não** constitui forma de provimento de cargo público:

- a. Reversão.
- b. Promoção.
- c. Transferência.
- d. Aproveitamento.
- e. Recondução.

8. Acerca dos contratos firmados pela Administração Pública, assinale a alternativa **correta**:

- a. O regime jurídico dos contratos administrativos não confere à Administração a prerrogativa de fiscalizar-lhes a execução.
 - b. Constitui motivo para a rescisão unilateral do contrato, pela Administração, o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
 - c. O contratado, na execução do contrato, não poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.
 - d. Em relação aos contratos administrativos, aplica-se integralmente o postulado *pacta sunt servanda*.
 - e. Pela inexecução do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado a suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 01 (um) ano.
-

9. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **correta**:

- a. Somente a lei pode estabelecer a modificação da base de cálculo do tributo, quando importe em torná-lo mais oneroso.
- b. Salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- c. A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, inclusive quanto à aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- d. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre extinção, suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- e. A lei tributária que define infrações ou comina penalidades interpreta-se da maneira mais favorável ao Fisco, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

10. Conforme o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () A solidariedade tributária não comporta benefício de ordem.
- b. () O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- c. () Suspendem a exigibilidade do crédito tributário a moratória, o depósito do seu montante integral e o parcelamento.
- d. (X) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
- e. () A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder remissão do crédito tributário, atendendo a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

11. Assinale a alternativa **correta**:

- a. (X) É vedado aos Estados-membros instituírem isenções de tributos da competência dos Municípios.
- b. () É permitida a cobrança de empréstimos compulsórios instituídos no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c. () Pelo princípio da irretroatividade, é proibida a cobrança de tributos em relação a fatos ocorridos antes da publicação da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d. () De acordo com o postulado da noventena, é proibido cobrar o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- e. () A vedação aos entes federativos de instituírem impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros não é extensiva às suas autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

12. Não constitui matéria tributária afeta à lei complementar:

- a. () Instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b. () Instituir impostos residuais, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- c. () Dispor sobre substituição tributária, em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- d. () Estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- e. (X) Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição, decadência e parcelamento tributários.

13. Analise as assertivas abaixo e indique a **correta**:

- a. () As sociedades não empresariais devem constituir-se, exclusivamente, através das normas que lhe são próprias, encontradas nos artigos 997 a 1.038 do Código Civil.
- b. (X) Independentemente do seu objeto de exploração de atividade, as sociedades por ações sempre serão empresariais.
- c. () O sócio remisso, constituído em mora pelos demais sócios, de forma tácita ou expressa, responderá pelos danos emergentes dessa mora. Nesta hipótese, os demais sócios podem decidir, por maioria simples, a sua exclusão, a redução da quota ao montante realizado, ou a indenização.
- d. () Em matéria de direito societário, no que tange à formação do capital social, são expressamente vedadas contribuições que consistam em serviços à sociedade.
- e. () Para os efeitos do direito da empresa, consideram-se pessoas jurídicas os exercentes individuais e coletivos, nos termos do artigo 966, *caput*, do Código Civil.

14. Sobre a administração das sociedades, analise as alternativas e indique a **correta**.

- a. () O princípio da boa-fé e da teoria da aparência, no que pertine aos excessos dos administradores em relação à responsabilidade da sociedade, quando se tratar de operação evidentemente estranha aos seus negócios, não foi recepcionada pela lei 10.406/2002.
- b. () Não se aplicam aos administradores quaisquer disposições concernentes ao mandato, uma vez que a estes se aplicam, supletivamente, as regras previstas aos prepostos do empresário.
- c. () O administrador, nomeado por instrumento em separado, deve averbá-lo à margem da inscrição da sociedade, no registro competente. Pelos atos de gestão praticados antes da averbação, responde o administrador pessoalmente e exclusivamente, excluída a responsabilidade da sociedade.
- d. (X) Pela teoria do ato *ultra vires*, a sociedade não responde por atos extravagantes de seus representantes legais, independentemente da boa-fé do contratante, desde que se comprove que seu objeto era de conhecimento deste.
- e. () A administração da sociedade limitada deverá ser conduzida por pessoa natural, participante ou não do quadro societário, a qual somente poderá ser designada no contrato social.

15. Não podem ser revogadas por ingratidão as doações:

- a. () Se o donatário caluniou o doador.
- b. () Se o donatário injuriou gravemente o doador.
- c. (X) Se o donatário cometeu crime de homicídio culposo contra o doador.
- d. () Se o donatário cometeu ofensa física contra o doador.
- e. () Se o donatário, podendo ministrá-los, recusou ao doador os alimentos de que este necessitava.

16. Sobre títulos de crédito, analise as assertivas, indicando a **correta**:

- a. () Na letra de câmbio, a ação de regresso, que é dirigida aos coobrigados da obrigação cambiária, para que tenha efetividade, é preciso juntar, aos demais requisitos de estilo, uma certidão de protesto, tirada dois dias após a apresentação da cédula para pagamento.
- b. () A ação de locupletamento injusto deve ser movida, exclusivamente, contra o aceitante, independentemente de haver aceitação, ou não, do saque.
- c. () Em relação à circulação da nota promissória, as causas contratuais que deram origem ao título não irradiam sobre ele seus efeitos, a exemplo da nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito, emitida como garantia deste.
- d. () A cambial, emitida ou aceita com omissões ou em branco, não pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.
- e. (X) A ação cambial, em regra, admite três matérias à sua defesa, sendo elas: direito pessoal do executado contra o exequente; defeito da forma do título; e ausência de requisito necessário ao exercício da ação.

17. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, **exceto**:

- a. (X) Repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- b. () Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- c. () Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- d. () Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
- e. () Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

18. Em relação aos títulos de crédito, indique a alternativa **correta**:

- a. () Em consonância com a Lei Civil, a Lei do Cheque não admite o aval parcial.
- b. () O lançamento de juros é cláusula não escrita em todos os títulos de crédito.
- c. () No endosso-mandato há inequivocamente uma transferência de crédito, do endossante para o(s) endossatário(s).
- d. (X) Pode-se lançar aval no cheque, a favor do emitente, de qualquer um dos endossantes ou mesmo de outro avalista, apenas não se permitindo ao sacado que, por natureza, não se vincula a relação cambial.
- e. () O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da circulação, no prazo de 30 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 dias, quando emitido em outro lugar do País; não são admitidos a saque, pela lei de regência, cheques emitidos no exterior.

19. De acordo com a Lei nº 11.101/2005, analise as questões abaixo a marque a **correta**:

- a. () A sentença que decretar a falência terá natureza declarativa (declara a falência).
- b. () A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis não acarreta a falência destes.
- c. (X) O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive nas de natureza tributária, por exemplo.
- d. () A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares dos sócios solidários, exceto: ações trabalhistas; execuções fiscais e as que demandem quantias líquidas.
- e. () Os atos praticados a título gratuito são plenamente eficazes em relação à massa falida, independentemente se praticados antes, durante ou depois da decretação da falência.

20. De acordo com a Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa **correta**:

- a. () O administrador pode contratar aluguéis e outros contratos relativos a bens da massa, independente de autorização, tratando-se de ato de discricionariedade originária deste.
- b. () Quando não couber pedido de restituição, os credores poderão opor embargos à execução para resguardar seus direitos creditícios, observadas as regras da legislação processual civil.
- c. () Os contratos bilaterais se resolvem com a decretação da falência.
- d. () Os crimes previstos na legislação concursal especial serão sempre de ação penal pública, condicionada a representação da vítima.
- e. (X) O fechamento do Estabelecimento empresarial dar-se-á apenas excepcionalmente, quando houver riscos à execução ou para preservação dos bens da massa falida ou outros interesses dos credores.

21. No tocante à duração do trabalho, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Os intervalos de descanso, em nenhuma hipótese, serão computados na duração do trabalho.
- b. (X) É do empregado o ônus de comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte.
- c. () O intervalo interjornada será de duas horas consecutivas, quando o trabalho tiver jornada superior a 6 horas diárias; já o intrajornada será de onze horas para descanso.
- d. () A hora de trabalho noturna, computada como de 52 minutos e 30 segundos, é inconstitucional.
- e. () Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 horas semanais, de modo que os empregados sob esse regime somente poderão prestar uma hora extra por dia.

22. Relativamente ao contrato individual do trabalho, analise o que segue:

1. Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os direitos adquiridos por seus empregados, sendo que a mudança na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
2. Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.
3. O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.
4. Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, não tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
5. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por um dia, a cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 5.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. (X) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.

23. A impossibilidade de não observância dos direitos humanos por disposições infraconstitucionais ou por atos das autoridades públicas é a manifestação de sua:

- a. () Efetividade.
- b. (X) Inviolabilidade.
- c. () Inalienabilidade.
- d. () Irrenunciabilidade.
- e. () Imprescritibilidade.

24. Considerando o entendimento consolidado da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa **correta**:

- a. () O sábado de bancário é dia de repouso remunerado e não dia útil não trabalhado, cabendo repercussão das horas extras habituais em sua remuneração.
- b. () O valor das horas suplementares prestadas habitualmente, por mais de 05 anos, ou durante todo o contrato, se suprimidas, integra-se ao salário para todos os efeitos legais.
- c. (X) O mero não-atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- d. () Há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa.
- e. () A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

25. Conforme disposto na Lei nº 8.666/93, a partir da publicação do edital resumido ou da expedição do convite, o prazo mínimo a ser observado para o recebimento das propostas ou para a realização do evento será:

- a. () Quinze dias úteis para convite.
- b. () Quinze dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.
- c. () Trinta dias para concurso.
- d. () Trinta dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.
- e. (X) Quarenta e cinco dias para concurso.

26. Sobre licitações, é **correto** afirmar:

- a. () Os membros das Comissões de licitação responderão subsidiariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.
- b. () Os recursos administrativos interpostos em casos de habilitação ou inabilitação do licitante não terão efeito suspensivo.
- c. () É obrigatória a realização de audiência pública prévia à publicação do edital nas licitações cujo valor estimado seja superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- d. (X) Constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso, a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta.
- e. () O edital é o instrumento pelo qual a Administração torna pública a realização de uma licitação, sendo utilizado em todas as modalidades de licitação, inclusive a modalidade convite.

27. Sobre negócios jurídicos, é **correto** afirmar:

- a. (X) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- b. () É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico no caso de coação, contado do dia em que ela cessar.
- c. () Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- d. () É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- e. () São os negócios jurídicos nulos por dolo, quando este for a sua causa.

28. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. () A competência para legislar sobre normas gerais de licitações é privativa da União, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.
- b. () São públicos e acessíveis ao público os atos do procedimento licitatório, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- c. (X) A Lei Geral de Licitações trata das hipóteses de impossibilidade jurídica de licitação em seu artigo 25, arrolando taxativamente as situações descritas como de inviabilidade de competição.
- d. () A concorrência é a modalidade de licitação cabível nas licitações internacionais, admitindo-se, observados os limites de valor, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.
- e. () É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

29. Acerca da extinção das obrigações, assinale a alternativa **correta**:

- a. () É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- b. (X) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- c. () Dá-se a novação quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este co-obrigado com o credor.
- d. () A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas ou vincendas e de coisas fungíveis.
- e. () A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, inclusive em relação a terceiros.

30. Sobre os contratos em geral, é **correto** afirmar:

- a. () O mútuo é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis.
- b. () O comodato é o empréstimo de coisas fungíveis.
- c. () O empreiteiro sempre deve contribuir para uma obra com o seu trabalho e com os materiais.
- d. (X) O mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito.
- e. () A compra e venda não pode ter por objeto coisa futura.